

O debate da questão agrária brasileira nas charges de Carlos Latuff¹

Rozinaldo Antonio MIANI²

Fernanda Targa MESSIAS³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

Os temas referentes ao debate da questão agrária brasileira fazem parte das práticas discursivas e dos objetivos programáticos dos movimentos sociais e populares do campo. O processo histórico de colonização e de exploração capitalista que marcou a formação da sociedade brasileira deixou uma herança perversa para os trabalhadores do campo, marcada pela formação de grandes latifúndios e, mais recentemente, por uma política agrária voltada para o agronegócio. Por meio de suas práticas comunicativas, os movimentos sociais do campo denunciam essa realidade e apresentam suas demandas. No contexto dessa produção comunicativa, a charge tem presença importante. Neste artigo, o objetivo é analisar algumas charges produzidas por Carlos Latuff, relacionadas à questão agrária, analisando seu potencial dialógico e polifônico para debater e denunciar temas vinculados à referida questão.

Palavras-chave: Questão agrária; movimentos sociais; charge; Carlos Latuff.

Introdução

O Brasil, assim como seus vizinhos latino-americanos, serviu e serve historicamente à colonização e à exploração capitalista e até hoje lida com a concentração de terras resultante de seus respectivos processos de colonização. Muitos deles nunca realizaram uma reforma na estrutura agrária de seu território e, dentre eles, está o Brasil. Países como França, Alemanha e Japão compreenderam a relação entre reorganização fundiária e desenvolvimento econômico e social e realizaram reforma agrária, mesmo que tenham sido realizadas para favorecer setores de suas burguesias nacionais.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Rozinaldo Antonio Miani - Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). Bolsista produtividade da Fundação Araucária/PR. E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

³ Fernanda Targa Messias - Graduada em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UEL/PR. E-mail: fernandatmessias@gmail.com

Reforma agrária não diz respeito apenas à distribuição de terras, mas também a oferecer condições de se manter na terra, à preservação da saúde de produtores e consumidores, à preservação ambiental, à soberania nacional e a várias outras questões que, para se consolidar, dependem da concretização desse processo. Por isso, compreender a questão agrária brasileira - seus entraves e os sujeitos que estão diretamente ligados a ela - é também conhecer o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro em sua totalidade.

As transformações que aconteceram nos espaços rurais e urbanos mudaram também as relações sociais dos indivíduos nesses espaços. O processo da industrialização brasileira iniciado nos anos de 1930 levou diversos trabalhadores para as cidades. Duas décadas depois, com as máquinas chegando ao campo, o êxodo rural se intensificou e esse espaço se reconfigurou. Os que migraram para as cidades tiveram que ocupar áreas desvalorizadas, se amontoando em morros e iniciando outra dinâmica de trabalho, mais acelerada, regida pelo ritmo das máquinas industriais. Os que permaneceram no campo, muitos não deram conta de levar adiante a produção em suas pequenas propriedades e se tornaram mão de obra assalariada.

Mais do que a reorganização de cada um dos espaços, o processo de industrialização atrelado ao êxodo rural resultou em uma forte hegemonização do urbano sobre o campo. O trabalhador do campo carrega, por isso, o estigma de homem ignorante e o ponto de referência para essa caracterização é sempre em relação ao sujeito urbano.

Atualmente, a mídia e as grandes empresas transnacionais, sobretudo, as ligadas ao agronegócio, sustentam a exploração do campo nas suas mais variadas formas, mas é a natureza e os trabalhadores os mais impactados. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enfrenta há três décadas esses sujeitos e organizações, na tentativa de garantir direitos aos camponeses, produção e consumo saudável de alimentos e passos em direção à reforma agrária.

Apesar da hegemonia e do oligopólio da mídia burguesa, sempre pronta para desqualificar quaisquer ações do MST ou de outros grupos que apontem para outras possibilidades, menos danosas ambiental e socialmente de produção no campo, devemos sempre reafirmar a necessidade de produção de uma comunicação contra-hegemônica, ligada aos movimentos sociais e populares, para fazer a disputa de ideias na sociedade, aqui de maneira especial, à defesa da reforma agrária e dos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores rurais (e também urbanos). Para tanto, devemos dispor de todas as estratégias

comunicativas possíveis e, de maneira especial, destacamos a importância das charges. A charge, por sua capacidade de representar, pelo humor e ludicidade, questões emergentes em uma determinada conjuntura, e ser, ao mesmo tempo, transgressora, serviu e serve como uma dessas estratégias comunicativas a serviço dos interesses das classes subalternas.

A charge se constitui a partir do traço humano e pode aparecer de maneira autônoma, ao que Rozinaldo Miani (2005) denomina “charge editorial”, ou vir acompanhada de outros recursos de linguagem, em especial, o texto verbal. Por sua função de fazer transgredir, carrega elementos do grotesco, se constituindo num espaço para dizer o não dito, fazendo emergir outras possibilidades próprias da transgressão.

No decorrer deste trabalho será apresentada uma compreensão histórica da questão agrária no Brasil, nos aproximando principalmente de duas temáticas que serão ilustradas e aprofundadas com as charges selecionadas para a análise: as políticas agrárias e a violência no campo. Ao abordarmos esses dois temas, podemos desvendar muita coisa sobre diversas questões políticas, sociais e econômicas relacionadas com a conjuntura atual do Brasil. Nosso objetivo aqui é refletir como a charge produzida por Carlos Latuff para movimentos sociais que atuam com a questão agrária, se constitui em um instrumento de diálogo, denúncia e debate sobre temas fundamentais para a luta política do campesinato no Brasil, revelando seu dialogismo e sua polifonia

A questão agrária no Brasil

A questão agrária vem sendo discutida por várias áreas, sobretudo, pela ciência política, sociologia, história e geografia, o que gera diferentes delimitações para o assunto. Algumas áreas estudam o termo “questão agrária” pela perspectiva dos problemas gerados pela concentração da propriedade da terra para o desenvolvimento produtivo de uma sociedade, bem como suas implicações. Também encontramos um enfoque mais específico sobre as relações sociais que se desenvolvem na produção agrícola organizada. Outras áreas pensam a questão agrária como a evolução das lutas políticas e de classe para a posse da terra e há quem pense a partir da ocupação humana no território e o desenvolvimento do uso da terra pelas sociedades (STÉDILE, 2005). Aqui partiremos de uma análise de acontecimentos históricos que desencadearam na forma de organização e uso da terra que temos hoje para, então, justificarmos a necessidade das lutas por terra e a utilização da comunicação popular e comunitária para intensificar esse embate.

Quando chegaram ao Brasil, os europeus perceberam que o potencial do território era a fertilidade da terra, implantaram um modelo de produção agroexportador. Nessa época, todo o território era monopolizado pela Coroa, portanto, não era possível caracterizar a existência de propriedade privada. Para estimular o investimento de capitalistas, a Coroa adotou a concessão de uso com direito a heranças sobre as terras. A partir daí os “capitalistas-colonizadores” tinham direito sobre grandes extensões de terras, as chamadas capitâneas hereditárias. Porém, como não podiam vender as terras, ainda não se considerava que havia propriedade privada sobre elas.

Com a já inadiável necessidade de abolir a escravidão na Colônia, a Coroa se certificou de garantir que, com a libertação dos escravos, esses não se apossariam das terras. Para tanto, em 1850, foi promulgada a Lei de Terras, dando condições para que a terra fosse comprada, instituindo assim, formalmente a propriedade privada sobre as terras no Brasil. A terra virou mercadoria e passou a ter preço. Assim, os ex-escravos não teriam condições de pagar pelas terras. Com a lei, se consolidou o modelo de grandes propriedades rurais.

Com as perseguições da Primeira Guerra Mundial, muitos camponeses pobres europeus acreditaram na promessa de terra boa e barata no Brasil. Aqui trabalharam na agricultura, principalmente, das regiões sul e sudeste e foi uma das vertentes de formação do campesinato brasileiro. A outra vertente se constituiu com as populações geradas pela miscigenação das diversas etnias e que, por serem pobres e conseqüentemente incapazes de adquirir as grandes propriedades, foram ocupando as terras no interior do país.

Após a década de 1930, as elites burguesas industriais deram um golpe e instituíram um novo modelo econômico: uma industrialização dependente de países desenvolvidos e sem o rompimento com a oligarquia rural. Então a agricultura se subordinou econômica e politicamente à indústria. Em decorrência desse modelo, se estabeleceu a agroindústria. Os camponeses tiveram que se adequar às regras do mercado e a principal consequência disso foi o êxodo rural. Estimulados pela lógica do capitalismo, passaram a enxergar as cidades como melhores alternativas de empregos e salários. O trabalhador rural passou de camponês a operário.

No final da década de 1950, setores de trabalhadores rurais iniciaram processos de articulação contra a desigual estrutura fundiária em vigência. Movimentos sociais se organizaram e passaram a pleitear a reforma agrária. Com João Goulart no governo (1961-1964) - um presidente de atuação considerada mais progressista - pela primeira vez na história do país as políticas do governo foram de encontro aos interesses dos trabalhadores

rurais, embora, ainda em uma perspectiva reformista, sem grandes possibilidades de mudanças estruturais. As elites, atentas a uma possível ameaça em relação aos seus interesses latifundiários, prontamente se organizaram. O resultado dessa articulação foi o golpe civil-militar de 1964, que ao longo de seus 21 anos, alimentou a desigual estrutura fundiária e reprimiu quaisquer manifestações favoráveis à reforma agrária. Sob um discurso de modernização da agricultura e à custa do Estado, essas elites empregaram tecnologias no processo produtivo das grandes propriedades.

Com o fim da ditadura civil-militar em 1985, o processo em busca da redemocratização do país fez emergir movimentos sociais e populares, apoiados por várias organizações, dentre elas a Igreja, sindicatos e partidos políticos. Pensou-se então que a sociedade conquistaria a tão sonhada reforma agrária. Foi nessa época que movimentos de trabalhadores rurais como o Master e o MST se organizaram. Foi nesse período, inclusive, que se elaborou o primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária, durante o governo de José Sarney (1985-1990); porém, nada se aplicou, já que uma reforma na estrutura fundiária desafiaria os interesses da temerosa oligarquia rural.

Até o início da década de 1990, as 19 políticas de reforma agrária, entre elas “mecanismos como crédito, seguro agrícola, preços mínimos, geração e difusão de tecnologia, sistemas de escoamento, de eletrificação e de comercialização da produção” (BRASIL, 1985) se viram paralisadas e, da mesma forma, permaneceu durante o governo neoliberal de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Apesar dos poucos resultados obtidos, os movimentos sociais de luta pela reforma agrária não se esquivaram e continuaram exercendo pressão, tanto é que por conta de suas ações, principalmente, em meados dos anos 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), iniciou processos de desapropriação de terras e ampliou o assentamento de famílias sem terra. Porém, apesar dessas conquistas, muitos assentamentos implantados no governo FHC não deram condições para que as famílias desenvolvessem ali sua subsistência.

Nem mesmo durante o governo Lula (2003-2010) e o primeiro mandato do governo Dilma Roussef (2011-2014), que se acreditava que a questão agrária poderia ter outros desdobramentos uma vez que se tratava de governos que, historicamente, no plano discursivo, defendiam os interesses dos trabalhadores rurais, a reforma agrária e outras reivindicações do campesinato receberam o tratamento esperado e, portanto, não houve grandes avanços na direção de uma mudança da estrutura fundiária no Brasil.

No Brasil ainda não se concretizou um processo de reforma agrária; o que existe são ações isoladas de remanejamento de terras que não alteram a estrutura agrária. A reforma agrária tem que partir de uma mudança estrutural na lógica da propriedade fundiária a fim de que sejam implantadas ações corretivas a um fenômeno gerador de injustiças e desigualdades. Os grupos organizados de trabalhadores que articulam ações e pressionam governos para que tomem medidas verdadeiramente transformadoras sabem que sem um posicionamento efetivo do governo não é possível fazer reforma agrária. Os movimentos sociais do campo continuam lutando, mas nos últimos anos o que se viu foram apenas algumas políticas públicas de investimento no modelo de agricultura familiar, mas que não rompem, nem afetam, a tradição latifundiária.

Em decorrência da forma como se organiza a estrutura agrária e os objetivos de uso da terra no Brasil, outros inúmeros problemas para a sociedade foram gerados. Entram na lista questões ambientais por conta do amplo desmatamento e assoreamento do solo para o cultivo de monoculturas; problemas de saúde para produtores e consumidores dos insumos devido ao uso de agrotóxicos, inevitáveis para a manutenção do modelo agrícola implantado, o agronegócio; além da violência no campo, que mata e sempre matou milhares de camponeses em razão do avanço crescente do agronegócio.

Historicamente, a disputa de terras no Brasil mata desde a sua colonização, quando europeus invadiram o território indígena e dizimaram comunidades inteiras para tomarem suas terras. Ao longo do percurso de desenvolvimento brasileiro, várias outras disputas por terra resultaram na morte de muitos trabalhadores rurais que lutavam pelo seu direito de plantar e garantir seu próprio sustento, como as guerras de Canudos e Contestado.

Os conflitos por terra no Brasil, a partir da segunda metade dos anos de 1990, se tornaram mais complexos e intensos. De acordo com a economista e pesquisadora da USP, Viviam Souza Nascimento, esse marco se dá por conta das demandas sociais emergidas com a modernização do setor agrícola na década de 1980, em decorrência da concentração de terras presente desde a chegada da Coroa Portuguesa.

Um relatório da Comissão Pastoral da Terra (2012) mostra que os conflitos de terra chegaram a 604 ocorrências só em 2010, sendo a Amazônia Legal e a região Nordeste as mais envolvidas. O relatório também mostra que a maior parte dos conflitos (57%) são sobre populações tradicionais e outra parte considerável (43%) atinge os setores protagonistas das lutas pela reforma agrária.

A concentração de terras, origem e mantenedora de todos esses processos, se esconde hoje atrás da supremacia do agronegócio, que é visto e impulsionado pelos grandes veículos de comunicação como o grande responsável pelo desenvolvimento do país. Porém, o agronegócio encobre os problemas gerados pelo latifúndio. Afirma Bernardo Mançano:

[...] o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. [...] o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. Ampliou o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais [...]. Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país (FERNANDES, 2004, p.2-4).

A charge como estratégia política na ordem da comunicação

A respeito da charge como modalidade do humor gráfico, reconhecemos, logo de início, baseados na construção do conceito desenvolvido por Rozinado Miani (2005), que ela vai além de sua ordem estética e se constitui também como elemento político já que é demarcada por um potencial persuasivo e ideológico. Por isso, a charge é considerada por Miani, a partir da definição de Antonio Luiz Cagnin, como “[...] instrumento de crítica e arma retórica de combate, bem como na defesa e divulgação de ideologias, princípios e programas políticos” (MIANI, 2012, p.39) referindo-se aos acontecimentos históricos com a intenção de denunciar e criticar. A partir destas considerações entendemos a charge como uma estratégia comunicativa da representação e problematização da realidade.

Sendo a charge uma “representação humorística, caricatural e de caráter político, satirizando um fato específico” (MIANI, 2012, p.39), ela se caracteriza como a representação imagética de uma opinião sobre determinado fato, expressada por traços humanos. Dessa forma, é retrato histórico e produz uma significação, justificando dessa forma suas inúmeras aparições de maneira autônoma em diversos meios, “ou seja, a charge, não se restringe a reproduzir, reeditando o texto verbal no código visual, nem tem como objetivo apenas ilustrar uma notícia, mas também interpretá-la” (MIANI, 2012, p.41).

Nesse sentido, a charge não é mero complemento, mas uma representação da realidade passível de ser tratada como objeto a ser pesquisado.

O referido autor ressalta ainda as possibilidades estéticas para a produção de uma charge, que apesar da autonomia do artista, são características que frequentemente estão presentes nas representações. A linha, o ponto de enfoque, as perspectivas, a sobra, enfim, características visuais que tradicionalmente compõe um desenho. A charge pode ainda ser composta de elementos verbais como onomatopeias, balões ou narrativas. Como as charges se dirigem a indivíduos dentro de um contexto social, ela se constitui de vários elementos estéticos para se definir como representação imagética.

Ao definir a charge, Miani afirma que o humor é uma característica sempre presente: “[...] a charge é uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma idéia, portanto de natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração” (MIANI, 2005, p.23).

Esse humor a que se refere pode ser identificado nos retratos caricatos de pessoas públicas e no contexto geral retratado, sempre promovendo uma transgressão. Não é precisamente a presença de algum elemento disparador do riso que confere a presença do humor. Para compreender uma definição de humor que não esteja pautado pelo que é “engraçado”, mas pela condição transgressora, Miani recorre a Umberto Eco (1989). Trata-se de um humor transferido para a esfera da política, que cria no desenho chágico uma transgressão da ordem social vigente, contestando os padrões dominantes. Afirma Eco:

Así, la realización del humor funciona como una forma de crítica social. El humor siempre es, si no metalingüístico, sí metasemiótico: a través del lenguaje verbal o algún otro sistema de signos, pone en duda otros códigos culturales. Si hay una posibilidad de transgresión, está más bien en el humor que en lo cómico (ECO, 1989, p.19).

O humor é caracterizado, nesta perspectiva, pelo rompimento com normas e regras que não são possíveis de se fazer na realidade concreta. Não se trata de alcançar ou não o riso, mas de questionar estruturas sociais hegemônicas, por meio da transgressão. Por meio da representação de um fato ou personagem presente na memória social, a charge trabalha elementos que são exteriores ao contexto original, criando um estranhamento que coloca em dúvida a legitimidade da ordem social. De acordo com Eco:

El humor no pretende, como el carnaval, llevarnos más allá de nuestros propios limites. Nos da la sensación, o más bien el diseño de la estructura de nuestros propios limites. Nunca está fuera de los limites, sino que mina los limites desde dentro. No busca una libertad imposible, pero es um verdadeiro movimento de libertad. El humor no nos promete liberación: al contrario, nos advierte la imposibilidad de una liberación global, recordándonos la presencia de una ley que ya no hay razón para obedecer. Al hacerlo, mina la ley. Nos hace sentir la molestia de vivir bajo una ley, cualquier ley (ECO, 1989, p.19).

O humor, como defendido por Eco, tem uma estreita relação com a ideia de carnavalização, descrita por Bakhtin (1981) com base nos ritos da Idade Média e da Renascença, como uma festa para ser vivida, por inverter os papéis sociais geralmente estabelecidos. Edson Carlos Romualdo (2000, p.51) comenta que, no carnaval, a ordem da vida cotidiana é subvertida, “transformando-se em uma ‘vida às avessas’, ‘num mundo invertido’”.

O que permite essa inversão são as mudanças nas regras que permeiam as relações sociais já que, na vida carnavalesca, as barreiras, as classes e as limitações são derrubadas. Essa dinâmica propicia uma troca entre as hierarquias da estrutura social, em que o alto escalão passa a ser desvalorizado e tudo que se considera, na vida comum, baixo, passa a ser o centro da ordem. Sobre isso, Romualdo comenta que

Pela paródia das ações políticas, pela caricatura, pelo ridículo e pelo próprio riso o texto chágico destrona os poderosos e apresenta outras perspectivas para a leitura de suas ações. As charges não se tornam monoplanares, pois elas não têm a intenção de promover uma única leitura, não abafam as várias visões em uma única. Sua força está justamente na ambivalência, na pluralidade de visões que apresentem para o leitor (ROMUALDO, 2000, p.45).

Tanto o humor como a carnavalização se manifestam de forma mais explícita na charge quando consideramos que esta trata de um fato compartilhado por um grupo e presente na sua memória social. Para compreender a crítica feita, é preciso que o leitor tenha um conhecimento anterior sobre os fatos ou as pessoas ilustradas na charge. Ou seja, é preciso que existam referências anteriores sobre os elementos que figuram na imagem, na memória social de um determinado grupo, para que a mensagem faça sentido.

Essa limitação espacial da charge - que só será compreendida por um grupo de pessoas que conheçam os elementos representados -, e também temporal - já que sua crítica depende da presença do tema representado na memória social -, determinam seu potencial carnavalesco e dialógico. A charge se insere em um determinado contexto e faz uma crítica

sobre um evento ou personagem presente na memória social, ou seja, já interpretado e imbuído de significado. Apresenta-se, portanto, como uma proposta alternativa para a compreensão da realidade, uma reinterpretação dos fatos que subverte a ordem vigente, questionando os poderosos, suas ações e seus projetos.

Por isso, concordando com Romualdo (2000), consideramos a polifonia um aspecto fundamental da charge: apresenta, geralmente, em um só quadro, a versão oficial e sua crítica. É a partir de uma determinada perspectiva dominante na memória social que a charge faz sua crítica, com uma nova possibilidade de raciocínio para o leitor sobre os eventos retratados. Assim, se evidencia um jogo em que muitas vozes diferentes compõem uma mensagem, um jogo dialógico.

A questão agrária presente nas charges de Carlos Latuff

Tendo discutido os elementos constitutivos da charge e apresentado alguns pontos importantes para discutir a questão agrária no Brasil, passaremos para a análise de três charges que tratam sobre o tema, todas produzidas pelo chargista Carlos Latuff e publicadas no contexto dos movimentos sociais. Pretendemos, assim, verificar como a charge se constitui enquanto estratégia política, capaz de debater e denunciar temas conjunturais.

A primeira charge a ser analisada foi publicada em junho de 2011 e estampa a primeira página da edição 313 do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (figura 1). A imagem mostra um homem serrando o mapa do Brasil na altura da região Amazônica e, com essa ação, o país sangra. Alguns elementos presentes na charge definem os sujeitos e o contexto envolvidos no desenho. O homem representa o capital estrangeiro e as grandes empresas de extração de madeira (transnacionais, como se pode ler na aba do chapéu) e estes se utilizam do Código Florestal (a própria motosserra) para promover o corte e o sangramento do país, apoiado pelo governo brasileiro, representado pela figura do Palácio do Planalto no lugar do motor da motosserra.

Embora possa funcionar como uma crítica mais abrangente da questão da manipulação das transnacionais sobre o Congresso Nacional e sua intrínseca relação com a questão agrária, o contexto retratado pela charge se mostra decisivo para a compreensão específica de um momento de grande debate e disputa política na sociedade brasileira no início da década de 2010.

FIGURA 1 - Código Florestal



Fonte: *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, edição nº 313 - junho/julho 2011

No ano de 2011, a chamada bancada ruralista, formada por deputados e senadores ligados ao latifúndio e aliados das grandes empresas transnacionais, programou uma ofensiva pela ampliação de terras para o agronegócio. A flexibilização do Código Florestal era, na época, um importante passo para garantir os interesses dos latifundiários com a incorporação de novas áreas para a produção agrícola de exportação. Na data de publicação da charge, junho de 2011, a Câmara dos Deputados já havia aprovado o relatório que propunha tal flexibilização. Dali em diante o relatório tramitaria no Senado e no Executivo e, ao final, atendeu aos interesses dos referidos setores.

A charge que foi escolhida para estampar a capa da referida edição do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* não apareceu sozinha; neste caso, ela foi acompanhada de texto verbal com uma manchete que introduzia a matéria principal do jornal. A charge, por si só, já sintetiza uma denúncia dos agentes e das consequências do processo que estava em jogo, mas a presença do texto verbal (“Agronegócio tenta flexibilizar lei para devastar o país”), oferece novos elementos que se agregam e se associam à imagem, como a ideia do envolvimento do agronegócio, que amplia a possibilidade de análise.

No limite, a charge expressa um ponto de vista - posição do chargista combinada com a posição política defendida pelo movimento responsável pela publicação, no caso o

MST. Porém, para construir sua narrativa, o chargista se apropria do dialogismo intrínseco ao fato, que envolve diferentes atores sociais, perspectivas e projetos. Por meio da polifonia, ele recorre a diversos elementos que compuseram o processo de alteração da lei ambiental (como os interesses do agronegócio, o desmatamento, a violência no campo) e apresenta sua interpretação, afirmando, por meio do desenho, que a alteração do Código Florestal aprovada pelo Congresso Nacional - articulado pelas transnacionais - é responsável pela morte e sofrimento (simbolizados pelo sangue) de trabalhadores rurais, não representados pelas grandes empresas do agronegócio. Por isso, estão presentes na charge tanto uma *versão*, presente na memória social, como sua *contraversão*, presente no quadro por meio de ferramentas à disposição do chargista. Aí reside e se revela o caráter polifônico da charge.

A segunda charge a ser analisada foi elaborada em agosto de 2012 (figura 2) por Carlos Latuff. Por meio do texto publicado no *blog* do autor, de onde a imagem foi reproduzida, sabemos que se trata de uma charge em apoio à *Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*. Lançada em novembro do ano anterior (2011) por um grupo de movimentos da luta agrária, em parceria com diversos movimentos sociais, a campanha permanente foi criada para sensibilizar a população sobre o uso de agrotóxicos e fornecer bases para discutir seu uso no Brasil (CAMPANHA, 2011).

Na charge identificamos um agricultor caracterizado por elementos que enfatizam sua simplicidade, como o chinelo de dedos, o chapéu de palha e a enxada, representando o pequeno agricultor, o agricultor familiar. Ao fundo, um tonel de agrotóxico transborda em vermelho, simbolizando o sangue, que se transforma em uma cobra. O agrotóxico em vermelho faz alusão às mortes causadas pela ingestão do produto por meio dos alimentos. A campanha alertava para os riscos das substâncias venenosas não só para pragas e insetos, mas também para o consumidor final da produção agrícola, ou seja, o próprio ser humano.

Por sua vez, a cobra é a personificação do perigo que os agrotóxicos representam para os agricultores e para os consumidores dos alimentos produzidos. Trata-se de uma importante inversão do discurso desenvolvido pelas empresas, em sua maioria multinacionais, que produzem e comercializam os agrotóxicos, chamados por elas de “defensivos agrícolas” químicos. Justamente, a indústria de agrotóxicos argumenta que as substâncias podem melhorar a produção e defender a lavoura de pragas, insetos, roedores e outras ameaças naturais.

FIGURA 2 - Campanha contra os agrotóxicos



Fonte: *Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida* (2012) - agosto de 2012

Nos argumentos apresentados pela campanha e retratados pela charge, o agrotóxico apresenta riscos para o trabalhador rural, que fica exposto às substâncias químicas. Ou seja, em vez de proteger, oferece uma ameaça ao trabalhador, representada pela picada da cobra. A polifonia reside na apresentação desse raciocínio, que terá uma crítica efetiva, causando o estranhamento, caso o leitor tenha contato com o discurso da indústria de defensivos químicos. Para isso, se vale de um conhecimento popular: de que as picadas de cobra são um perigo que se apresenta para os agricultores.

A última charge a ser aqui analisada foi publicada no mês de março de 2014, produzida para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), poucos dias antes do evento chamado Escola Camponesa de Memória. A atividade fazia parte do calendário de lutas do referido movimento em denúncia ao golpe de 1964 e tinha o objetivo de recuperar aquele período de luta e resistência do povo e denunciar as atrocidades cometidas pelo Estado à época, sobretudo, a repressão cometida contra os camponeses (MPA, 2014).

A imagem (Figura 3) mostra um tanque militar de guerra adaptado como um arado, ocupando o lugar de um trator, estampado com o número 1964, em referência ao ano do golpe civil-militar no Brasil. No lugar de sementes, o que o “arado” deposita na terra são esqueletos, simbolizando a morte dos camponeses durante o regime civil-militar.

FIGURA 3 - Camponeses mortos durante a ditadura civil-militar



Fonte: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) - 2014

É bem nítida a transgressão produzida pela charge por meio da exploração de certos elementos gráficos: o tanque no lugar do arado, os esqueletos no lugar da semente, misturando as narrativas discursivas da ditadura civil-militar com o cotidiano do campo. A presença de um tanque de guerra no campo pode ser vista como uma subversão do real, colocado em um lugar que não é o seu, produzindo uma carnavalização, e descaracterizando os poderosos, promovendo uma transgressão.

Muito embora denuncie um fato da ditadura, a charge zomba dos poderosos na medida em que mostra como são baixos, violentos, repugnantes. O grotesco sai de seu lugar usual para ser atribuído às classes dominantes, por sua conduta num determinado contexto sócio-histórico.

Considerações finais

A utilização de charges por parte dos movimentos sociais tem se revelado uma importante estratégia política. Por seu potencial persuasivo e ideológico e sua natureza dissertativa e humorística, a charge tem se mostrado extremamente capaz de debater e denunciar temas conjunturais e contribuir para a reafirmação do discurso contra-hegemônico produzido pelos movimentos sociais e populares em suas diversas questões

Neste artigo, procuramos verificar este potencial da charge a partir da análise de algumas charges produzidas por Carlos Latuff relacionadas com a questão agrária. Apesar de ser uma amostra muito pequena, já foi possível identificar como o dialogismo e a polifonia se expressam nas charges e como ela é reveladora de importantes aspectos sociais e políticos implicados no debate de temas relativos à questão agrária. O aprofundamento desse estudo e a ampliação das análises seguem como um desafio em nossas pesquisas.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BRASIL. **Decreto nº 91.766**, de 10 de outubro de 1985.
- CAMPANHA. 2011. Disponível em: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>>. Acesso em: 6 jan. 2016.
- CPT, Secretaria Nacional da. **Conflitos no campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.
- ECO, Umberto. Los marcos de la libertad cômica. In: ECO, Umberto. **Carnaval! México**: Fondo de cultura económica, 1989.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. Gramado: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária** (anais), 2004.
- LATUFF, Carlos. **Campanha contra os agrotóxicos ganha nova charge**. 2012. Disponível em: <<https://latuffcartoons.wordpress.com/2012/08/15/campanha-contra-os-agrototoxicos-ganha-nova-charge-via-semagrototoxico/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.
- _____. **Lembre-mos dos camponeses mortos pela ditadura**. 2014. Disponível em: <<https://latuffcartoons.wordpress.com/2014/03/28/lembremo-nos-dos-camponeses-mortos-pela-ditadura-charge-pmovimento-dos-pequenos-agricultores/>>. Acesso em: 6 jan. 2016.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.
- _____. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 37-48, 2012.
- MPA. **Escola Camponesa da Memória recupera história dos cinquenta anos do golpe de 64**. 2014. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/noticias/escola-camponesa-da-memoria-recupera-historia-dos-cinquenta-anos-do-golpe-de-64>>. Acesso em: 6 jan. 2016.
- ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge Jornalística: polifonia e intertextualidade**. Maringá: Eduem, 2000.
- STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31.